O PAÍS DOS TRINTA BERLUSCONI

BRASIL JANEIRO DE 2013

REPORTERES SEM FRONTEIRAS
PELA LIBERDADE DA INFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO

Nenhum país havia conseguido anteriormente conquistar a organização, uma a seguir à outra, dos dois mais importantes acontecimentos esportivos do planeta. A obtenção, com dois anos de intervalo, da próxima Copa do Mundo de futebol e dos 31º Jogos Olímpicos de verão confirmou a consagração do Brasil como nova potência, tendência iniciada durante os dois mandatos de Inácio Lula da Silva (2003-2011). Seus indicadores favoráveis - apesar de um menor crescimento previsto para 2013 - destoam num mundo em crise. Em dez anos, o "impávido colosso" descrito pelo hino nacional reduziu suas elevadas disparidades sociais, adquiriu uma influência diplomática incontestável no continente - e mais além - e atrai atualmente tanto os investidores como novas vagas migratórias, em parte provenientes de uma Europa em recessão.

Tal não significa, porém, que o Brasil tenha posto um termo à insegurança, à corrupção e às desigualdades. Além disso, em 2012 atingiu um amargo recorde de jornalistas mortos: um total de onze, dos quais cinco por razões diretamente relacionadas com sua profissão. Esse número coloca o país entre as cinco nações mais mortíferas para o jornalismo. Mas os assassinatos não são os únicos ataques à liberdade de informação. O Brasil apresenta um nível de concentração mediática que contrasta fortemente com o potencial de seu território e a extrema diversidade de sua sociedade civil. O colosso parece ter permanecido demasiado impávido no que toca ao pluralismo, um quarto de século depois do regresso da democracia. Embora conte com uma das mais numerosas comunidades de internautas do mundo e até com um Facebook nacional (Orkut), ainda está longe de oferecer a todos seus cidadãos um igual acesso aos novos suportes da informação, apesar de seu aparente nível de desenvolvimento. A internet sofre censuras e bloqueios com maior frequência que nos países vizinhos. Este panorama contrasta com a imagem que o Brasil tenta promover de si mesmo nos anos que antecedem a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

← Uma mulher com a bandeira brasileira pintada em sua cara, durante uma manifestação no 52º aniversário da cidade de Brasília. 21 de abril de 2012.

INVESTIGAÇÃO POR BENOÎT HERVIEU

Com a colaboração de Luiz Gustavo Pacete e Pâmela Pinto, correspondentes de RSF no Brasil

cover : © AFP Photo / Pedro Ladeira

BRASIL

Superfície
8 514 876 km²
População
193 000 000
(2011)
Língua
português
Presidente
Dilma Rousseff,
desde janeiro de 2011

FOCUS

A Mais de metade dos casos sucederam nas regiões Norte e Nordeste, seguidas do Sudeste, que inclui Rio e São Paulo, e do Centro-Oeste. Só os três estados da região Sul foram relativamente poupados. Há sete anos que nenhum jornalista é assassinado nessa região.

B Os principais grupos de mídia estão sediados no Rio e em São Paulo.

C O Supremo Tribunal Federal (STF) revogou integralmente, a 30 de abril de 2009, a Lei de Imprensa de 9 de fevereiro de 1967, adotada nos primeiros anos da ditadura militar. Desde 2009, a pertinência de uma nova lei sobre a mídia é um tema recorrente.

LIBERTAD DE PRENSA

Jornalistas mortos
2012 : 5
2011 : 3
2010 : 1

99° EM 179
países na Classificação Mundial da liberdade de imprensa 2011/2012 de Repórteres sem Fronteiras.

RESUMO

1. O jornalismo nas mãos dos "coronéis" 6

Desterro judicial 7

2. Censuras na Web 10

Respostas legislativas 11

3. Um ano com cheiro a pólvora para a imprensa 14

A hipótese de federalização dos crimes contra a liberdade de informar 15

4. Informação a velocidade variável num contexto de pacificação 18

Paternalismo do avesso 19

Alto-falantes em vez de ondas 22

Recomendações 26

1 O JORNALISMO NAS MÃOS DOS "CORONÉIS"

Grande terratenente ou industrial e ao mesmo tempo governador ou congressista, o "coronel" em sua acepção brasileira também é proprietário de vários meios de comunicação, dono e senhor dos suportes de opinião em seu território. A cultura do "coronelismo" se encontra na base da fortíssima dependência da mídia com respeito aos centros de poder.

As características do mecanismo geral de funcionamento da mídia estorvam a livre circulação da informação e impedem o pluralismo. Dez grandes grupos econômicos, correspondentes a outras tantas famílias, dividem entre si o mercado da comunicação de massas. O espectro audiovisual é claramente dominado pelo grupo Globo, sediado no Rio e propriedade da família Marinho. Seguem-se SBT (Sistema Brasileiro de Televisão, grupo Sílvio Santos), a Rede Bandeirantes (grupo Saad) e Record (detido pelo bispo protestante evangélico Edir Macedo, ver apartado). Na imprensa escrita, o grupo Globo também ocupa um lugar privilegiado, graças ao diário do mesmo nome. Seus principais concorrentes nacionais são os grupos Folha de São Paulo (família Frias Filho), O Estado de São Paulo (família Mesquita) e ainda, no segmento das revistas, a Editora Abril e seu semanário *Veja*. Embora a polarização da imprensa brasileira seja menor que em seus vizinhos sul-americanos, nos quais os setores privado e público se enfrentam num contexto de "guerra mediática", isso se deve em parte às relações quase incestuosas entre os poderes político, econômico e mediático. A concentração e, no âmbito local, as pressões e a censura constituem os alicerces de um sistema que ainda não foi remodelado desde o final da ditadura militar (1964-1985) e do qual a mídia comunitária é habitualmente a primeira vítima (ver apartado). Os generais desapareceram, mas os coronéis permanecem.

Além de ser uma das patentes do exército, o coronel brasileiro se refere antes de mais ao protótipo do grande proprietário, muito presente nos estados do Nordeste, e que goza de uma influência direta sobre a autoridade política, sendo que às vezes é o próprio a exercê-la em pessoa. Rei no seu estado, o coronel é quase sempre patrão de imprensa, assim como congressista (local ou federal) e poderoso industrial. "Temos dezenas, mais de trinta Berlusconis", exclama Eugênio Bucci. Professor da Universidade de São Paulo, esse colunista regular de *O Estado de São Paulo* e da revista *Época* conhece especialmente bem os segredos de uma imprensa em que há muitos anos trabalha e ocupa cargos de direção. Antigo presidente da difusora pública *Radiobràs,* ele não hesita em lançar farpas contra o "coronelismo" e sua herança. "O Ministro federal da Comunicação, Paulo Bernardo, disse recentemente que no Brasil é mais fácil destituir o chefe de Estado do que revogar a concessão da frequência de qualquer político. E tem razão", prossegue Eugênio Bucci, evocando o *impeachment,* em 1992, do jovem presidente Fernando Collor de Melo, na sequência de um amplo escândalo de corrupção. "Temos um número exagerado de congressistas, senadores, deputados, governadores ou ministros com poder direto sobre a vida dos meios de comunicação, já para não falar dos casos em que são donos desses mesmos meios."

"Dez grandes grupos econômicos dividem entre si o mercado"

Símbolo do regresso da democracia, a Constituição federal de 1988 impede, teoricamente, a posse de dezenas de rádios, canais de televisão e jornais locais pelo detentor de um mandato eleitoral. "Você conhece muitos países democráticos em que os políticos possuam tantos meios de comunicação e ao mesmo tempo distribuam frequências, em nome do Estado, das quais eles são os principais beneficiários? A lei fundamental proíbe expressamente esse conflito de interesses. Como também proíbe os monopólios e os oligopólios. Mas não existe uma lei que defina o que é um monopólio ou um oligopólio, e se for preciso o político dono dos meios utiliza um testa-de-ferro, na pessoa de um irmão, um primo ou um tio", protesta Eugênio Bucci.

O sistema mediático brasileiro, para além de bloqueado pela concentração das frequências, também é desvirtuado pela distribuição dos anúncios e do colossal maná da publicidade oficial. "Todos os governos, desde o final da ditadura em 1985, foram aumentando a quantidade de anúncios, agravando a subordinação financeira que nos impede de falar de imprensa livre e plural", estima Eugênio Bucci. Com efeito, governos, ministérios e organismos e empresas públicas - entre as quais a companhia petrolífera nacional Petrobras e o Banco do Brasil - desembolsam enormes quantias para sua própria promoção na mídia. Em 2009, só o governo federal gastou mais de um bilhão e meio de reais (mais de 600 milhões de euros) em despesas publicitárias na mídia privada. No ano seguinte, a prefeitura de São Paulo gastou cerca de 110 milhões de reais (40 milhões de euros) e o governo do estado paulista cerca de 266 milhões de reais (97 milhões de euros) em faturas da mesma natureza. "Os principais grupos de imprensa como *Folha, Estado* ou *Globo* não precisam dessas receitas, que no entanto garantem a sobrevivência da mídia de dimensão média. Mais do que uma pressão, se trata de uma autêntica tutela", deplora o analista.

DESTERRO JUDICIAL

A tutela financeira e política não é, infelizmente, o único elemento que põe em causa uma informação livre e plural. Outro obstáculo de não menor importância reside no poder judicial, que se verga com facilidade aos interesses do poder local. Também nesse aspeto a herança do "coronelismo" tarda em desaparecer. "O estado onde nasci, o Maranhão, se encontra completamente dominado pela família de José Sarney [antigo presidente do Brasil de 1985 a 1990, atual presidente do Senado federal, ndr]. É óbvio que um humorista ou um artista, sem falar de um jornalista ou um blogueiro, que critique o patriarca se torna *persona non grata* em solo maranhense", lamenta uma universitária e militante da liberdade de expressão.

Jornalista e blogueiro no Pará, Lúcio Flávio Pinto acumula contra si mais de trinta ações, devido a seus artigos denunciando a desflorestação e o tráfico de madeira preciosa que assola esse estado. O poder judicial pode inclusivamente se antecipar às intenções de um coronel. No Sergipe, José Cristian Góes é atualmente visado

por um duplo processo, civil e penal, por causa de uma crónica em tom literário publicada em seu blogue em maio de 2012, zombando do nepotismo e da corrupção. Esse texto de ficção, que não menciona nem nomes nem datas, não provocou a mais mínima queixa do governador do estado, Marcelo Dedá. Foi seu cunhado, o desembargador Edson Ulisses de Melo, por ele nomeado, que levou o caso ante a justiça. José Cristian Góes pode ser condenado a uma elevada indenização por danos morais e 25 000 reais (cerca de 9 000 euros) de despesas judiciais, para além de incorrer numa pena de quatro anos de prisão correspondentes à vertente penal do processo. Um cúmulo, ainda para mais tendo em conta que a sensata revogação, em 2009, da lei de imprensa de 9 de fevereiro de 1967, herdada da ditadura militar, suprimiu qualquer possibilidade de penas de prisão para os delitos de "difamação", "calúnia" e "injúria".

O caso Góes - um entre tantos outros - ilustra a explosão processual que afecta hoje em dia o mundo da informação no Brasil e que veio na esteira da anulação da lei de 1967. Embora a perspetiva de encarceramento por um artigo não seja agora mais do que uma ameaça sem consequências, os pedidos de indenizações por danos morais, muitas vezes exorbitantes, se multiplicaram. Ainda mais grave, costumam ser acompanhados por uma absurda forma de desterro judicial, que consiste em uma "censura preventiva" (parcial, para ser mais exato), a qual castiga um só meio por uma informação disponível em muitos outros lugares. O caso mais badalado envolve um meio de projeção nacional e demonstra, uma vez mais, que a influência da família Sarney vai além das fronteiras do Maranhão. Desde o dia 31 de julho de 2009, o diário *O Estado de São Paulo* e seu site Estadão - e apenas e só esses dois meios - se encontram proibidos pela justiça de publicar toda e qualquer referência aos casos embaraçosos envolvendo o empresário Fernando Sarney, filho de José. Esse caso de censura "preventiva" continua aguardando uma resolução, já que o grupo Estado recusou a proposta do interessado, que pretendia retirar as ações em troca de uma censura "consentida".

"Cada incumprimento dessa ordem judicial nos custaria 150 000 reais [55 000 euros - ndr] por dia", precisa Ricardo Gandour, diretor do grupo Estado. Para ele, a mordaça judicial que ameaça a informação se deve aos vestígios da história nacional que ainda perduram. "Antes de existir uma sociedade brasileira autónoma e independente, dotada de sua própria imprensa, o Brasil viveu com uma corte real que impunha seu controle. Há algo de essa cultura que ainda subsiste e que explica que o valor absoluto da liberdade de expressão ainda não tenha sido garantido. Há muitos juízes brasileiros que não entendem as implicações da liberdade de expressão e de circulação da informação." Criado a 13 de novembro de 2012 por iniciativa do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e inspirador da revogação da lei de 1967, Carlos Ayres Britto, o novo Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa poderá melhorar o enquadramento das ações judiciais relativas à liberdade de informação. Essa iniciativa também se aplicará à internet?

© AFP PHOTO / Christophe Simon

→
Uma mulher lendo um jornal no centro de Salvador. 7 de fevereiro de 2012.

2 CENSURAS NA WEB

A censura preventiva não parece capaz de conter o fluxo de informações que transita pela internet. Porém, é precisamente a informação online a principal visada pelas acometidas judiciais. O debate sobre a regulação de internet se transformou em uma batalha legislativa, na qual as iniciativas parlamentares competem entre si.

Galardoado com o Prémio Esso do jornalismo televisivo em 2012, Fábio Pannunzio trabalha como repórter e apresentador do canal nacional *TV Bandeirantes* (ou *TV Band*) e, até recentemente, como blogueiro. O jornalista se viu obrigado a encerrar seu Blog do Pannunzio a 26 de setembro passado, devido a quatro ações, civis e penais, interpostas contra si nos estados de São Paulo e do Paraná. "Me exigem dois milhões de reais - um milhão de dólares - caso volte a abordar os temas pelos quais sou atacado. Até agora já gastei 53 000 reais [20 000 euros - ndr] em honorários de oito advogados", relata o jornalista. Dois dos processos foram abertos pelo deputado do estado do Mato Grosso José Geraldo Riva - cujo nome aparece em 142 investigações –, acusado pelo jornalista de atos de gestão duvidosa e de conivências suspeitas, ignorados pela imprensa local. As outras duas ações foram interpostas pelo secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, Antônio Ferreira Pinto, acusado num post do passado dia 17 de junho de ter abafado graves abusos de direitos humanos cometidos durante atividades de pacificação. "Falei desses casos na *TV Bandeirantes* e no meu blogue. Curiosamente, as queixas foram sempre dirigidas contra mim pessoalmente e nunca contra o canal", precisa Fábio Pannunzio. "Os censores preferem atacar o flanco mais vulnerável."

A campanha das eleições municipais de 2012 despoletou uma autêntica caça aos blogues insolentes, alguns dos quais foram encerrados a pedido de candidatos apenas por terem publicado sondagens desfavoráveis. Os pesos-pesados da Web também não escapam às sanções. Assim, Google Brasil teve de retirar ou modificar cerca de 300 conteúdos relacionados com as eleições, e recebeu mais de 2300 pedidos de remoção de elementos entre janeiro e junho de 2012. O Transparency Report dessa grande empresa da internet coloca o Brasil no terceiro lugar - só atrás dos Estados Unidos e da Índia e à frente da França - no que respeita aos pedidos de informação do governo sobre os utilizadores. O presidente da filial brasileira, Fábio Coelho, foi inclusive detido pela polícia, a 26 de setembro de 2012, por não ter removido a tempo um vídeo considerado injurioso contra um candidato e publicado por um simples eleitor. "A apreciação dos juízes locais que continua imperando se apoia em duas normas obsoletas: um código eleitoral de 1965, redigido pela ditadura militar e que ainda não sofreu alterações, e uma lei eleitoral estranhamente atualizada em 2009, que coloca todos os meios de comunicação no mesmo saco e estabelece a possibilidade de censura preventiva, bastante variável de estado para estado", explica Marcel Leonardi, de Google Brasil. O gigante de internet olha com preocupação para a batalha legislativa na qual se decide o futuro da regulação da Web brasileira. O debate nacional adquire uma dimensão mundial, como relembra o Relator Especial para a Liberdade de Expressão e Opinião das Nações Unidas, Frank Larue, ao advertir acerca dos efeitos perversos da responsabilidade dos intermediários técnicos privados no controle dos conteúdos online.

RESPOSTAS LEGISLATIVAS

"A ameaça que paira atualmente sobre a Web brasileira não só afeta a liberdade de expressão como também a criação tecnológica", estima o sociólogo e universitário Sérgio Amadeu, conselheiro do Comité Gestor da internet no Brasil. "A reclamação de direitos de propriedade intelectual é outro dos pilares da censura, junto com delitos clássicos como a 'difamação' ou a 'injúria', como demonstra a ação interposta pelo diário *Folha* contra o blogue satírico Falha de São Paulo por uso indevido de marca." A questão dos direitos de autor, assim como a neutralidade da Web e a proteção dos dados privados, se encontra no centro do muito aguardado projeto de lei conhecido como "Marco Civil", o qual poderá se transformar num modelo para outros países se conseguir ser aprovado na Câmara dos Deputados, após cinco adiamentos de seu voto (ver apartado). Apresentado pelo deputado do Partido dos Trabalhadores (PT) Alessandro Molon, o projeto, inspirado nas recomendações do Comité Gestor, foi concebido como uma resposta a duas novas leis contra a cibercriminalidade, já aprovadas e promulgadas no passado mês de dezembro. Uma delas, a lei 12735 do senador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Eduardo Azeredo, aprovada com muitas emendas, por pouco não provocou um terramoto na blogosfera devido a uma disposição - anulada posteriormente pelo veto presidencial - que consistia em confiar ao exército uma parte do controle da internet, no intuito de evitar um hipotético WikiLeaks brasileiro.

"Muitas pessoas chamaram essa lei de AI5 digital[1] ", opina Sérgio Amadeu. "Mas hoje em dia o verdadeiro assalto contra a Web provém dos operadores de telecomunicações, que pretendem assegurar seu domínio sobre os fluxos de conteúdos em detrimento da neutralidade da internet e utilizar como melhor lhes aprouver os dados dos internautas. São eles os inimigos da liberdade de informar e o principal obstáculo à aprovação do Marco Civil." Uma análise partilhada por Arthur William, coordenador nacional da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC Brasil), que estabelece um paralelo entre a influência negativa dos operadores online sobre as rádios digitais e a forma como o arsenal legislativo atual em matéria de telecomunicações (ver apartado) prejudica as rádios comunitárias. "Num espectro de frequências muito desigual, em que o espaço rareia para o setor comunitário, muitas pequenas rádios se vêm obrigadas a passar pela internet. Mas essas rádios digitais pagam custos de difusão ainda mais elevados do que as rádios analógicas. A responsabilidade dessa situação é dos operadores, que cobram tarifas desreguladas. Entretanto, a atribuição das frequências é efetuada a conta-gotas e sem critérios fiáveis."

A democratização da informação tem que avançar em simultâneo nas ondas hertzianas e na Web. São muitos os jornalistas, sindicatos, organizações cidadãs e comunitárias e atores da internet que reclamam uma regulação de conjunto que dê uma resposta a essa exigência. Mas todos estão conscientes de que esse propósito se enfrentará a uma conjunção de interesses políticos e econômicos que colocam o Brasil longe dos níveis de pluralismo desejados. O grau de insegurança atingido em 2012 no seio da imprensa contribuiu para agravar esse panorama.

1. Referência ao Ato Institucional Número Cinco (AI5) de 13 de dezembro de 1968, segundo o qual o regime militar da época podia suspender a qualquer momento as instituições regulares e as liberdades fundamentais em nome da "segurança do Estado".

MARCO CIVIL

UM PROJETO DE LEI PROMETEDOR ATRIBULADO

Elaborado pelo deputado federal Alessandro Molon e apoiado pelo ex-presidente Lula no momento de sua apresentação, o projeto de lei conhecido como Marco Civil se destina a definir os direitos e deveres do Estado, dos usuários mas também dos intermediários técnicos no que toca à utilização da internet. Aprovado pelo plenário do Senado em 2011, a votação do texto na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional já foi adiada cinco vezes. Por uma simples razão: a oposição a algumas de suas disposições fundamentais por parte de empresas e operadores de telecomunicações que contam não só com sólidas cumplicidades políticas mas também, de acordo com vários dos nossos interlocutores, com o ouvido atento do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

O Marco Civil reafirma o princípio crucial da neutralidade da Web, ou seja, a igualdade de tratamento de todos os dados que transitam na rede, sem nenhuma discriminação de conteúdos, proveniência ou destinatário. Esse preceito, evidentemente, não satisfaz os interesses das empresas de telecomunicações, que sabem o que têm a perder.

Outro tema polémico diz respeito à remoção de conteúdos e sua aplicação às exigências dos direitos de autor. O artigo 15 do Marco Civil estabelecia, em sua formulação inicial, que um conteúdo só poderia ser removido da Web se uma ordem judicial não fosse respeitada pelo site ou pela plataforma internet em questão. "Essa disposição assustou os inimigos do projeto de lei, que defendem os direitos de autor de maneira intransigente", explica Sérgio Amadeu, do Comité Gestor da internet no Brasil (ver relatório). "Conseguiram assim que se acrescentasse ao artigo 15 uma alínea segundo a qual a remoção de um conteúdo após incumprimento de uma ordem judicial não se aplicará em casos de suposta infração dos direitos de autor. Assim, tal como está, um conteúdo considerado como violador dos direitos de autor poderá ser removido sem decisão judicial! Absurdo e perigoso!"

Medida central do projeto de lei, a proteção dos dados individuais dos usuários não é, infelizmente, consensual. Também aqui há importantes interesses em jogo. Atualmente, as plataformas de conteúdos têm acesso durante um ano a esses dados, que os operadores de telecomunicações também pretendem gravar e conservar. Um pedido rejeitado pelo relator Alessandro Molon e os inspiradores do projeto de lei, os quais lembram que as plataformas só pode aceder a dados inseridos em suas próprias páginas, enquanto que os provedores de serviço são capazes de guardar os dados e os conteúdos de todos os sites consultados por um internauta.

Uma última controvérsia diz respeito ao papel da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que as empresas e operadores pretendem ver transformada em entidade reguladora da Web. O aparente apoio do ministro Paulo Bernardo a essa opção suscita um vivo agastamento em Alessandro Molon, para quem esse papel compete ao poder executivo, sob determinadas condições bem definidas. "As empresas de telecomunicações exigem, na prática, uma regulação da Anatel que sirva seus próprios interesses, enquanto continuam cobrando as tarifas que bem entendem. No Brasil, quando pagamos 100% do preço de uma banda larga, na verdade só recebemos 20% do serviço", lamenta Sérgio Amadeu.

Cara e imperfeitamente desenvolvida, a internet brasileira ainda não mereceu, nem mesmo no plano técnico ou prático, seus galardões democráticos. Segundo o jornalista e blogueiro Fábio Pannunzio, corroborado por diversas fontes, "numa população total de 200 milhões de habitantes, 70 milhões de indivíduos tem acesso regular à rede mas apenas 20 milhões a utilizam habitualmente".

→ Um mosaico de bandeiras brasileiras decora uma estação do teleférico do Complexo de Alemão, um conjunto de favelas do Rio de Janeiro. 10 de outubro de 2011.

© AFP PHOTO / Yasuyoshi Chiba

3 UM ANO COM CHEIRO A PÓLVORA PARA A IMPRENSA

Em 2012, cinco jornalistas, de um total de onze, foram assassinados por motivos relacionados com sua profissão. Essa situação se relaciona em grande parte com a exposição dos jornalistas e da mídia aos conflitos políticos locais, às vezes violentos. A questão da federalização dos crimes e das violações contra a liberdade de informar deve ser debatida.

Seus nomes eram Mário Rodolfo Marques Lopes, Décio Sá, Valério Luiz de Oliveira, Paulo Rocaro e Eduardo Carvalho. Jornalistas ou blogueiros, acumulando por vezes ambas as atividades, todos foram mortos no decorrer de 2012 por razões vinculadas com sua profissão. Seus diferentes casos mostram também as diferentes causas da violência que ameaça o jornalismo no Brasil. Paulo Rocaro e Eduardo Carvalho, respetivamente editor-chefe do diário *Jornal da Praça* e editor do site Última Hora News no estado do Mato Grosso do Sul - na fronteira com o Paraguai e plataforma giratória do tráfico de droga - pagaram com suas vidas uma série de investigações sobre a presença de cartéis e sua infiltração nas administrações locais. Quanto a Valério Luiz de Oliveira, comentarista esportivo da estação privada regional *Rádio Jornal 820 AM* no estado do Goiás, os motivos são mais incertos. Porém, o jornalista era conhecido por suas tomadas de posição, por vezes corrosivas, contra dirigentes de clubes intimamente ligados à esfera política. As denúncias de atos de gestão duvidosos, ou mesmo de casos de corrupção, eram habituais no blogues de Mário Randolfo Marques Lopes, executado em fevereiro de 2012 no estado do Rio, e de Décio Sá, abatido a tiro em abril no Maranhão, denominados respetivamente Vassouras na Net e Blog do Décio.

Tanto a recente gravidade dessas tragédias como as possíveis respostas estão em discussão. Alguns analistas recusam traçar um diagnóstico demasiado categórico, como o presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Marcelo Moreira, editor-chefe na *TV Globo*. "A Abraji não tem uma opinião definitiva. Os assassinatos não podem ser atribuídos a uma atmosfera geral idêntica à que existe no México ou na Colômbia. Mas é verdade que a impunidade continua sendo elevada e que é preciso a pressão da profissão e da sociedade civil para obter resultados. Infelizmente, uma boa parte dos casos é ignorada ou pouco mediatizada." Outro jornalista vai mais longe. "A profissão e a opinião internacional não reagem da mesma forma que em outros países no que toca a casos de assassinato. Muitas das vezes, se sabe publicamente, embora não se diga, que os jornalistas tinham outras atividades, política ou militante, que poderiam provocar represálias."

Esse mesmo vínculo ténue entre a mídia e as autoridades políticas locais parece estar por trás da nítida recrudescência dos casos de agressões, de ataques contra redações e de censura registrados nos últimos anos, com um auge preocupante durante a campanha das eleições municipais de 7 e 29 de outubro de 2012. José Augusto "Guto" Camargo, presidente do sindicato de jornalistas de São Paulo - que conta com 5 000 membros - e secretário-geral da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), assevera que as autoridades locais "constituem a maior fonte de hostilidade contra os jornalistas". Os 60 casos de violência que o sindicalista constatou em 2011, de caráter diverso mas todos eles relacionados diretamente com a atividade profissional, atiraram o Brasil para os níveis de 2005 e 2006, após um decréscimo médio de vinte casos até 2010. "Mais de metade sucederam nas regiões Norte e Nordeste, seguidas do Sudeste [que inclui Rio e São Paulo - ndr] e do Centro-Oeste. Só os três estados da região Sul foram poupados, e há já sete anos que nenhum jornalista é assassinado nessa região. Essa configuração geográfica tem evoluído pouco. Por outro lado, as motivações políticas das agressões continuam sendo as mais frequentes, à frente das represálias pela cobertura de crimes e de casos envolvendo abusos policiais. O problema é que essa violência de origem política, muitas vezes acompanhada pela censura, é ao mesmo tempo a mais comum e a menos visível." O ano de 2012 também ficou marcado por dois exílios forçados para fora do país: o de André Caramante, repórter da *Folha de São Paulo,* e de Mauri König, da *Gazeta do Povo* de Curitiba, ambos por ameaças de procedência policial.

A HIPÓTESE DE FEDERALIZAÇÃO DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE DE INFORMAR

De acordo com as organizações e os sindicatos, as autoridades, incluindo as federais, demoraram muito tempo até se aperceberem da amplitude do problema. No passado dia 24 de outubro, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República criou um Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos dos profissionais de jornalismo no Brasil. Embora bem-vinda, a iniciativa deixa em aberto a questão de seus meios e resultados, assim como o possível debate que deverá lançar sobre a federalização dos crimes e violações cometidas contra a liberdade de informar. "Uma federalização seguindo o modelo mexicano? O 'privilégio' não seria facilmente aceite, num país em que a criminalidade geral continua sendo elevada", estima a Abraji, que dentro em breve enviará suas propostas ao Grupo de Trabalho. "O mecanismo de federalização de certa forma já existe, devido à falta de independência e de competência das jurisdições locais", explica Marcelo Salles, da SDH. "Mas hoje em dia pressupõe que, em caso de ataques graves aos direitos humanos, o Ministério Público leve o caso ao Supremo Tribunal Federal e que este aceite se pronunciar."

Na FENAJ, Guto Camargo lembra que um projeto de lei de federalização dos crimes contra a profissão deu entrada no Congresso, em junho de 2012. Nele consta a possibilidade da abertura automática de uma investigação federal se nenhum processo for aberto pela justiça local num período de trinta dias, renovável duas vezes. "Um privilégio? Não, pois o projeto dá um lapso de tempo significativo para a abertura de um investigação local." Conseguirá esse projeto conquistar a adesão das autoridades locais, elas que contam com uma sólida rede de contatos no complexo governamental desenhado por Óscar Niemeyer? Por enquanto, a ministra de tutela da SDH, Maria do Rosário, anunciou a 20 de dezembro de 2012 a possível extensão aos jornalistas e aos blogueiros de um programa especial de proteção já disponível para as testemunhas de crimes, defensores de direitos humanos e adolescentes em perigo. Embora seja certamente necessário melhorar a proteção dos jornalistas, a experiência demonstra que, em uma perspectiva mais geral, nem sempre os imperativos de segurança favorecem a missão de informar.

UMA LEI DE IMPRENSA

PARA QUÊ?

O caminho até à revogação da lei de imprensa de 9 de fevereiro de 1967, aprovada nos primeiros anos da ditadura militar, foi longo. A legislação era tristemente conhecida pelas penas de prisão efetiva, por vezes extensas, que estipulava em casos de publicação ou difusão de informações consideradas subversivas. O país se encontrava nessa altura submetido a um estrito controle por parte do regime militar, que culminou com a promulgação, a 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional Número 5 (AI5), que autorizava a suspensão das liberdades públicas a qualquer momento.

Curiosamente, a lei sobreviveu tanto à restauração da democracia, em 1985, como à adoção da Constituição democrática de 1988, que tornou obsoletos a maioria de seus artigos. Contudo, a legislação herdada da ditadura continuou servindo como meio de pressão contra jornalistas, sobretudo locais, considerados pouco dóceis, em nome da "proteção da honra, da vida privada e da imagem das pessoas". Essas pessoas mais não eram que políticos ávidos de conservar sua influência sobre a mídia.

Foi preciso esperar até 2007, trinta anos depois da entrada em vigor da lei, para que o deputado federal Miro Teixeira solicitasse ao Supremo Tribunal Federal (STF) que se pronunciasse sobre sua inconstitucionalidade. A mais importante jurisdição do país atuou uma primeira vez em 2008, eliminando provisoriamente cerca de vinte dos artigos mais repressivos do texto, antes de o revogar integralmente, a 30 de abril de 2009, por sete votos contra quatro.

Desde 2009, o debate sobre a pertinência de uma lei sobre a mídia é recorrente. "Como é óbvio, aplaudimos a revogação da lei de 1967, contrária aos valores democráticos", recorda o sindicalista Guto Camargo, secretário-geral da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). "Mas, ao mesmo tempo, essa revogação criou um vazio jurídico no que toca às bases legais que regem o funcionamento da mídia, o estatuto dos jornalistas e suas relações com a sociedade e suas instituições. É por esse motivo que defendemos uma nova lei de regulação." A FENAJ assumiu uma parte dessa reivindicação através de seu longo esforço a favor da formação profissional dos jornalista, concretizado num diploma obrigatório. Mas enfrenta o parecer negativo das entidades patronais, já que a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) recusa o princípio de uma nova lei.

Alguns dirigentes políticos ou congressistas desejam uma nova regulação por motivos bem menos legítimos. Lamentam que a revogação da lei de 1967 tenha suprimido as disposições relativas à "proteção da honra", as mais severas do antigo texto.

Entre o milhar de ante-projetos de lei de regulação da mídia entregues no Congresso Nacional, o que se encontra mais avançado é o do senador Roberto Requião, que aborda a questão do direito de resposta. A proposta de Requião pretende garantir um direito de retificação rápida a qualquer pessoa que se sinta ofendida ou difamada pela imprensa.

Recentemente aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Alta, a iniciativa é também ela contestada. Nela se estipula que se possa averiguar a fonte da informação do artigo em causa e obter sua retificação num prazo de dois meses. Se o meio de comunicação não der resposta em uma semana, o queixoso interporá queixa nos tribunais. Mas o processo só daria ao meio ou ao jornalista três dias para se defenderem, a partir da notificação da queixa. Um prazo muito curto e, segundo os detratores do texto, uma nova fonte de conflito processual, um campo em que o Brasil está infelizmente bem dotado.

→ Parede de entrada do Observatório de Favelas (Complexo da Maré, zona norte)

© RSF

4 INFORMAÇÃO A VELOCIDADE VARIÁVEL NUM CONTEXTO DE PACIFICAÇÃO

Cidade-vitrine do Brasil, o Rio de Janeiro está remodelando suas feições tendo em vista a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. As favelas mais visíveis não escapam a esse tratamento geral, através de uma "pacificação" contestada. A imagem da cidade é reveladora do profundo abismo existente entre os atores da informação no Brasil.

"Obrigado FIFA!", reza um mural irónico da favela Metro-Mangueira, situada na zona norte do Rio de Janeiro, a pouca distância do mítico Estádio do Maracanã. O desenho da parede representa um menino com a célebre camisa amarela da Seleção, a pentacampeã mundial que todo o país espera ver ganhar na Copa de 2014. "Obrigado FIFA!", dizem as lágrimas do pequeno carioca, "obrigado" pelo reverso da medalha da causa futebolística e olímpica: um pequeno bairro esvaziado, em apenas dois anos, de cerca de metade de seus seiscentos habitantes.

Desde 2008, a prioridade é a "pacificação" das favelas do Rio. O processo começou com o envio do exército e das tropas de elite da polícia local para expulsar os traficantes de droga que até então impunham sua lei. As trocas de tiros fizeram recentemente um morto nas fileiras da imprensa, na pessoa do cinegrafista de *TV Bandeirantes* Gelson Domingos da Silva, atingido mortalmente a 6 de novembro de 2011 na favela de Antares, a oeste da cidade. Após as grandes manobras de "limpeza", a etapa de pacificação propriamente dita começou com o envio de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), num total de 7 000 agentes, para assegurar uma vigilância permanente nos lugares previamente ocupados pelas organizações criminais. Co-diretor da Agência de Notícias das Favelas (ANF), que agrupa 140 colaboradores, gere um site e publica *A Voz da Favela,* um jornal mensal de oito páginas, André Fernandes prefere falar de "ocupação" mais do que pacificação.

"A pacificação significa talvez uma diminuição da criminalidade em certos lugares e o acesso às favelas para pessoas exteriores que nunca teriam podido lá entrar. Mas, para os moradores, também significa medo dos métodos violentos da polícia, pequenas lojas desmanteladas apressadamente, o aluguel das casas em certos casos multiplicado por três e acima de tudo a ausência de projetos sanitários e educativos a longo prazo. O que vai suceder depois de 2016?" Presidente de uma associação de pequenos empresários do Complexo do Alemão, um conjunto já pacificado de treze favelas e 100 000 habitantes na zona norte da cidade, Cléber Araújo não esconde seu ceticismo. "Por enquanto, o bem-estar das favelas corresponde a um interesse político, econômico e mediático que não será o mesmo depois dos Jogos Olímpicos. Se trata de um conflito de imagem, que se quer resolver urgentemente dando resposta a anos de segregação social e geográfica. Após 2016, ou as favelas se transformam ou o processo de pacificação acaba pura e simplesmente e vai ser ainda pior", estima Cléber Araújo, contemplando as barracas dos morros, sobrevoadas desde 2011 pelas reluzentes cabines de um teleférico de marca francesa, que não destoaria em uma estação de esportes de inverno.

"A prioridade é a pacificação das favelas do Rio"

PATERNALISMO DO AVESSO

Um conflito de imagem. A problemática assim concebida resume dois aspectos chave da informação: a cobertura mediática sobre as favelas, mas também a possibilidade dos moradores dos bairros - ou "comunidades" - abordarem sua própria atualidade. Correspondente local da revista mensal *Caros Amigos,* de São Paulo, e da revista *Fazendo Media,* Eduardo Sá expressa uma opinião sem complacências acerca do tratamento dado pelos grandes meios à realidade das favelas, à qual ele próprio já dedicou, como jornalista independente, uma quinzena de reportagens. "A cobertura corresponde à lógica imposta pela pacificação, que privilegia as favelas mais próximas dos locais onde se realizarão as grandes competições esportivas. A prioridade é dada ao sensacionalismo e ao curto prazo. Os habitantes das favelas não aceitam bem uma presença mediática que consideram parcial e muitas vezes limitada apenas a operações policiais importantes."

Nélson Moreira, do diário *O Dia* e diretor do sindicato de jornalistas do Rio de Janeiro, desmente que seu jornal tenha dado uma atenção excessiva a "operações de pacificação ou remoções, posto que uma parte das favelas já se encontra sob controle". O mesmo sublinha, no entanto, que as favelas pacificadas são uma minoria e não incluem a zona oeste da cidade, onde a prevalência das quadrilhas - grupos criminais compostos por militares ou policiais reformados ou no ativo - impede qualquer presença mediática. Nélson Moreira ainda guarda na memória o trauma do sequestro e das torturas infligidas em 2008 por uma quadrilha a três empregados de *O Dia* na favela do Batan, longe das futuras zonas olímpicas. Por outro lado, e no que toca às zonas "pacificadas", o jornalista vislumbra mudanças de percepção, ressaltando "o interesse turístico que as favelas agora despertam na mídia, sobretudo na imprensa escrita".

Co-fundador da Abraji e editor da sucursal carioca do diário *O Estado de São Paulo,* no qual exerce como ombudsman, Marcelo Beraba também não evita um exame de consciência sobre a questão das favelas. Exame difícil, tendo em conta a natureza extremamente sensível de um tema em que está em jogo o olhar de um país sobre si mesmo. "É verdade, a grande mídia contribuiu a propagar durante muito tempo o temor de que o Rio se tornaria uma favela gigante. E muitas vezes desprezando os 20% da população que vive nas comunidades, mais de um milhão de cariocas em um total de seis milhões. É necessário falar sobre emprego e habitação, e não só sobre a pacificação." Contudo, os holofotes que acompanham os acontecimentos esportivos também acarretam efeitos perniciosos. "Cuidado com nossos próprios excessos", avisa um lúcido Marcelo Beraba. "Os grandes meios evoluíram de tal forma que acabaram cedendo a uma espécie de paternalismo virado do avesso. Subitamente, com a ajuda da atração turística, tudo se tornou idílico nas favelas. Durante quanto tempo?" Co-editora do boletim internet Mídia e Favela do Observatório de Favelas

Leia mais na página 22 →

A REPRESSÃO DO SETOR COMUNITÁRIO CONTINUA

É uma tarefa bicuda calcular com precisão o número total de rádios e televisões comunitárias transmitindo no imenso território brasileiro. Alguns sites de informação vinculados com esses meios - derivados dos movimentos sociais, de estrutura associativa, com vocação educativa e sem fins lucrativos - estimam em 4 600 os media desse tipo que dispõem de uma frequência legal. Mas quantos são os que aparecem e desaparecem, clandestinamente, sem poderem obter uma concessão que lhes permita emitir ? De sensibilidade progressista, as redes da radiodifusão comunitária brasileira olham com alguma inveja os novos enquadramentos legais em vigor nos países vizinhos - nomeadamente na Argentina e no Uruguai - e estranham a ausência de evolução nesse campo desde o início da presidência Lula.

"Os governos Lula e Dilma foram os primeiros a reconhecer o papel social das comunidades. Mas em nenhum momento se atreveram a tocar num quadro regulador que salvaguarda os interesses da mídia dominante e das empresas de telecomunicações", lamenta Arthur William, coordenador da AMARC Brasil.

Meio século após sua entrada em vigor, a lei de telecomunicações de 1962 ainda não sofreu nenhuma remodelação relevante e continua regulando o espectro das frequências. Outra lei, promulgada em 1998 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), era dirigida especialmente às rádios e televisões comunitárias e de pouco alcance. "Em aquela época ainda se criminalizava fortemente os movimentos sociais. Essa lei também ainda não foi atualizada", lembra Arthur William.

Duramente criticada pelos afetados, a lei de 1998 autoriza uma potência máxima de uns irrisórios 25 watts à mídia comunitária, que havia solicitado 50 watts para as rádios e 100 watts para as televisões. Um presente para os meios comerciais, desejosos de conservar sua posição no mercado das frequências. Em dezembro de 2012, uma esperança nasceu no Congresso, onde deu entrada uma emenda que despenalizava a emissão de rádios e televisões comunitárias que não excedessem o limite de 100 watts. Aprovada na Câmara de Deputados, o texto foi imediatamente rejeitado pelo Senado.

Para além do reduzido número de frequências disponíveis e de uma legislação que, como uma contínua espada de Dâmocles, paralisa seu desenvolvimento, as estações ou pequenos canais comunitários padecem da ausência de um estatuto claramente definido. São muitos os meios dedicados ao proselitismo religioso que se proclamam "comunitários", embora estejam longe do formato informativo e educativo assumido pela autêntica mídia comunitária. O mesmo problema existe em outros países da região mas atinge, no Brasil, o nível de uma verdadeira intrusão da religião na rádio e teledifusão. Aliás, o espaço comunitário não é o único âmbito afetado: *TV Record*, o segundo canal de audiência nacional (atrás de *TV Globo*), pertence a Edir Macedo, bispo da poderosa Igreja Universal do Reino de Deus. "Para além de contradizer o princípio segundo o qual nenhum serviço público ou provedor desse serviço pode estar ao serviço de um sistema de crenças, essa situação também viola o caráter laico do Estado", estima o analista Eugênio Bucci, mencionando igualmente o canal - público - do estado de São Paulo, *TV Cultura*. Nas emissões deste canal só está representado o culto católico.

→ Um homem leva seu filho nos ombros cruzando uma rua da favela do Grotão.

© AFP PHOTO / Antonio Scorza

↑
Mural
de protesto
da favela
Metrô-Mangueira,
zona norte do
Rio de Janeiro

© RSF

de Maré - favela da zona norte ainda não pacificada –, Raika Moisés parece mais otimista. "É certo que a nossa proposta editorial aborda assuntos que os principais meios de comunicação quase não cobrem, mas pouco a pouco os grupos de imprensa começam a subsidiar e patrocinar projetos. Um sinal de que nossos esforços para passar uma outra imagem dos bairros está dando frutos."

ALTO-FALANTES EM VEZ DE ONDAS

Mas deve o conflito de imagem depender só das orientações de uma imprensa dominante que peca frequentemente por inconstante? Como é óbvio, os jornalistas originários das favelas não se conformam com essa situação. Para eles, o déficit de pluralismo é mais do que um simples desafio. Se trata de um autêntico combate, tendo em conta os meios limitados de que dispõem para se fazerem ouvir. Rumba Gabriel, líder comunitário e arauto da "consciência negra" celebrada todos os anos a 20 de novembro, ostenta uma bandeira sul-africana como símbolo de sua causa. Mas Rumba sabe que, para mobilizar a comunidade, o estandarte precisa do auxílio de uma frequência sem fios. Há quatro meses, ***Rádio Liberdade,*** que ele coordenava com outras seis pessoas no Jacarezinho, parou de emitir. "Problemas de interferências ou roubo de eletricidade foram apenas pretextos para nos calar. O mesmo sucede com muitas outras pequenas rádios. É difícil, senão impossível, formar a consciência de uma população já marginalizada e que só ouve dizer que a pacificação é a mudança, como se as favelas estivessem em guerra", constata, amargo. E aproveita para denunciar "a extinção da cultura funk local e da atmosfera festiva das favelas depois da pacificação". No Complexo do Alemão, Cléber Araújo contabiliza quatro rádios comunitárias. "São mais rádios de rua", nota. "Nenhuma delas tem uma frequência legal. Por isso têm que improvisar." Sem acesso às ondas hertzianas, ***A Gruta, Nova Brasília*** ou ***Morada*** transmitem através dos alto-falantes espalhados pelos postes elétricos das principais artérias da favela, já saturados por incontáveis ligações.

> "A falta de pluralismo constitui obviamente um desafio para eles"

Para uns, frequências precárias. Para outros, um estatuto jurídico oficial mas que não lhes permite emitir. Assim sobrevive ***TV Tagarela,*** na Rocinha, a vasta favela da zona sul junto das luxuosas e protegidas mansões do bairro Leblond. Após ter sido suspensa temporariamente no início da pacificação mas reconhecida como pessoa moral desde 2008, este canal sem tela só cobre uma parte dessa cidade dentro da cidade na qual está instalada. Porém, graças ao engenho de seus produtores - um total de doze pessoas, com apenas três deles remunerados desde há uns meses –, o canal granjeou o apoio dos moradores e se prepara para festejar seu 15º aniversário, a 1 de maio de 2013. "Como não podemos emitir, praticamos o direto gravado", explicam Augusto Pereira e Arley Macedo. "Organizamos debates públicos com muita gente assistindo, gravamos tudo em banda magnética, fazemos cópias e vendemos. É assim que nos financiamos. Com a produção de vídeos exteriores, arrecadamos cerca de 2 000 reais [cerca de 700 euros - ndr] por ano." Uma vez mais, saúde e educação constituem os temas prioritários dessa televisão comunitária original, que evita falar de droga devido à constante ameaça dos traficantes armados, apesar da pacificação. E esse perigo não é o único.

"O nosso objetivo não é a informação imediata, mas o diálogo e o debate. Gostaríamos de ampliar nossas atividades, mas todos aqui trabalham em outro lado e só conseguimos fazer 10% de tudo aquilo que queríamos", sublinha Augusto Pereira. Às dificuldades técnicas, o produtor acrescenta a tensão nas relações com as UPP, que às vezes não hesitam em censurar um acontecimento, "já que as comunidades não estão habituadas a ter de pedir a autorização da polícia para organizar reuniões ou manifestações culturais". Mas a principal preocupação de Augusto Pereira se relaciona com aquilo a que chama "repressão dissimulada", bem conhecida da mídia comunitária e alternativa. "Estamos sempre cercados de políticos que pretendem nos subjugar a seus interesses. Disso é ainda mais complicado escapar."

AS COMISSÕES DA VERDADE

DESAFIO DE INFORMAÇÃO E DE MEMÓRIA

Jornalista independente, Ivan Seixas foi prisioneiro político entre 1971 e 1976, durante a ditadura militar (1964-1985). Atualmente coordena a Comissão da Verdade do estado de São Paulo, criada em maio de 2012, ao mesmo tempo que a Comissão Nacional. Embora o acesso à informação pública tenha melhorado desde a presidência Lula, o acesso aos arquivos e à verdade sobre os anos de chumbo brasileiros permanece complicada.

RSF Qual é o objetivo dessas Comissões da Verdade? Podem substituir os tribunais?

Ivan Seixas Não. As Comissões da Verdade não têm o poder de uma instituição judicial. Mas, ao contrário dos antigos países do Plano Condor,[1] o Brasil demorou muito tempo até começar a julgar antigos militares responsáveis de violações de direitos humanos durante a ditadura. As resistências ainda são muitas. Nos últimos anos do regime militar, os dirigentes haviam acautelado sua saída aprovando uma lei de anistia feita à sua medida, em 1979. Essa é uma das razões de ser das Comissões da Verdade, instituídas por uma lei federal e nas quais participam vários jornalistas. A Comissão de São Paulo conta com cinco deputados e seis assessores. Levamos a cabo um trabalho de investigação em arquivos, de recolha de testemunhos, mas também de audiências. Podemos convocar antigos torturadores para ouvir seus depoimentos, no âmbito de um debate público documentado.

RSF O Brasil recorda esse período?

Ivan Seixas Para mim, que estive preso dos 16 aos 22 anos, assim como para todos aqueles que sofreram aquele período na própria pele, a memória continua viva. Mas, no geral, o país vai atrasado. A consciência de que vivíamos numa ditadura só chegou realmente dez anos depois do golpe de Estado de 31 de março de 1964. Por seu lado, o processo de memória só se iniciou nas presidências Lula e Dilma.[2] Um importante passo foi dado em maio de 2009 pelo projeto Memórias Reveladas, uma iniciativa federal que permitiu ao público contribuir com documentos ou arquivos sobre esse momento histórico, através de uma base de dados consultável online. Um pouco antes, em 2008, o Ministério Público de São Paulo já se pronunciara abertamente a favor de castigar antigos torturadores. Estes elementos favoreceram a criação das Comissões da Verdade, cujo princípio foi proposto em 2010 pelo ex-ministro de direitos humanos de Lula, Paulo Vannuchi. E as Comissões nasceram, apesar da oposição da direita dura e das tentativas da esquerda radical de transformarem essas novas instâncias em tribunais ou tribunas públicas.

RSF Uma lei de 2010 obriga os serviços e os organismos públicos a entregar informações de interesse geral. O exército respeita essa obrigação?

Ivan Seixas Infelizmente, não. A instituição militar continua marcada pela ideologia da Guerra Fria. Ainda é muito fechada a qualquer abertura ou diálogo. Essa é a nossa principal dificuldade. O exército quer passar a ideia de que os arquivos sobre essa época desapareceram ou foram queimados. Mas a família de um antigo comandante falecido em 2011 aceitou entregar documentos desse tipo à Comissão Nacional. É a prova que esses documentos existem. Por fim, seria necessário abrir os arquivos à imprensa. Temos que exigir o fim da impunidade em nome das vítimas e de suas famílias. O caso mais conhecido entre os jornalistas é o de Vladimir Herzog,[3] mas não é o único. Precisamos de mais apoio para pedir verdade e justiça. Não só pelo que ocorreu ontem, mas também por hoje. Quem se lembra que a polícia militar foi criada pela ditadura como auxiliar do exército? Os seus métodos não evoluíram. O seu modo operatório é muito parecido com o do período da repressão militar, com demasiados supostos "falecimentos a caminho do hospital" não elucidados após uma operação de pacificação.

→ Um vendedor de amendoim lê um jornal no Rio de Janeiro.

1. Aliança repressiva concluída nos anos 70 entre seis ditaduras militares sul-americanas - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai - como o apoio dos Estados Unidos.

2. A atual Presidente Dilma Rousseff foi presa e torturada durante o regime militar devido à sua participação na guerrilha. Seu antecessor, Lula, também foi preso como dirigente sindical da oposição.

3. Antigo diretor de *TV Cultura* em São Paulo, o jornalista Vladimir "Vlado" Herzog foi sequestrado e torturado até à morte a 25 de outubro de 1975, com 38 anos. Os policiais militares que o mataram tentaram disfarçar sua morte como um suicídio por enforcamento. Um prémio e um instituto, inaugurado em 2009, têm seu nome.

© AFP PHOTO / Antonio Scorza

RECOMENDAÇÕES

Considerando o diagnóstico exposto nesse relatório e em nome de um equilíbrio pluralista no campo da informação, reclamada tanto pela profissão como pela sociedade brasileira, Repórteres sem Fronteiras recomenda as seguintes medidas:

- Uma revisão profunda do atual corpus legislativo de regulação da mídia, desfasado da realidade contemporânea. A nova legislação a debater deveria nomeadamente incluir cláusulas estritas relativas à propriedade dos meios de comunicação e a seu financiamento pela publicidade oficial. Uma lei em discussão no estado do Rio Grande do Sul pretende reservar pelo menos 10% dos fundos da publicidade pública para os meios comunitários ou de alcance reduzido. Esta via deve ser explorada ao pormenor.

- A inclusão nessa futura legislação de disposições relativas à atribuição de concessões de frequências audiovisuais e ao espaço a reservar para o setor comunitário, sub-representado no atual espectro audiovisual legal. Os exemplos das novas leis adotadas na Argentina e no Uruguai poderiam fornecer critérios para a definição desse tipo de meios, a fim de evitar a concorrência de mídia dedicada ao proselitismo religioso.

- Um regime de sanções que exclua qualquer penalização efetiva de um jornalista ou encerramento físico de um meio, de um site de informação ou de um blogue (exceto em casos extremos de incitação ao ódio, à discriminação ou ao delito), e que imponha limites máximos ao montante das indenizações financeiras estabelecidas por decisão de justiça.

- A adoção, sem mais demoras, do Marco Civil, garantindo a neutralidade da internet e a proteção dos dados individuais dos internautas, assim como a limitação drástica da censura sobre a Web, impedindo que os requerimentos das autoridades se sobreponham ao interesse público de uma notícia difundida em suporte físico ou electrônico.

- Uma competência jurídica alargada para o novo Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa, que lhe permita levar a cabo um acompanhamento dos processos judiciais relativos à liberdade de informar e que abra a possibilidade de recurso rápido aos jornalistas ameaçados de censura.

- A proibição, pelo poder legislativo federal, de qualquer tipo de censura contrária às disposições da Constituição de 1988, acompanhado da impossibilidade de aplicação da censura dita preventiva, na realidade discriminatória.

- A apreciação detalhada dos pareceres formulados pelos jornalistas, sindicatos e organizações de defesa da liberdade de informação aquando da elaboração do protocolo de segurança apresentado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência.

- Em concertação com as instâncias internacionais da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 (FIFA, Comité Olímpico Internacional), um sistema de credenciamento equitativo, oferecendo à mídia e sites alternativos e comunitários regionais a possibilidade de uma ampla cobertura dos eventos esportivos e dos acontecimentos paralelos.

→
Um menino mostra uma medalha com a inscrição "Desafio da Paz", no Complexo do Alemão, por ocasião do 2º aniversário de sua "pacificação" pela polícia. Rio de Janeiro, 27 de maio de 2012.

© AFP PHOTO / Christophe Simon

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS é uma organização internacional de defesa da liberdade de imprensa. Ela monotoriza e denuncia violações da liberdade de imprensa em todo o mundo. Repórteres sem Fronteiras analisa a informação que obtém e utiliza comunicados de imprensa, cartas, relatórios investigativos e recomendações para alertar a opinião pública sobre abusos contra jornalistas e violações da liberdade de expressão e para pressionar políticos e funcionários governamentais.

Diretor-geral : **CHRISTOPHE DELOIRE**
Responsável do Departamento Américas : **BENOÎT HERVIEU**
ameriques@rsf.org

REPORTERES SEM FRONTEIRAS
PELA LIBERDADE DA INFORMAÇÃO